



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 161ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Nilso Sguarezi.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Maurício Fruet.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja consignado em ata dos nossos trabalhos um voto de regozijo pela realização, nesta Capital, do IV Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil, congregando renomados mestres do direito brasileiro, cujo evento muito honra o nosso Estado por haver sido escolhido para sua sede.

Da manifestação desta Assembléia, solicitamos, outrossim, seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Andriguetto, DD. Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, cumprimentando-o, juntamente com os demais ilustres Juizes do Tribunal de Alçada do Paraná, pelo brilho que emprestarão ao conclave.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental,

após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, que determine com a máxima urgência, o envio de expediente a todos os postos de saúde do interior, para que, doravante, os doentes que vêm a Curitiba à procura de internamento e medicamento, venham com a triagem do Posto de Saúde de sua localidade. Medida esta, urgente, motivo a avalanche de doentes desempregados e aproveitadores de ocasião, que chegam a Curitiba, diariamente.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se officie ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, transmitindo o protesto veemente do LIONS CLUB DE MARINGÁ, contra a cobrança aos usuários de Maringá, por parte da TELEPAR da taxa de melhoria dos serviços telefônicos, pelo seu caráter impositivo e sem audiência aos interesses da comunidade, que vive momentos difíceis pelo flagelo das geadas que assolaram o Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se officie ao Sr. Governador do Estado solicitando sua intervenção junto ao PROJETO NOROESTE, a fim de que este, acelere seu mecanismo para atender de maneira objetiva e rápida, os pequenos municípios do Noroeste paranaense, os quais dependem totalmente de recursos financeiros e técnicos para desenvolvimento do programa de obras de combate à erosão urbana.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido foi feito pela Prefeitura Municipal de São João do Caiuá e aprovado por unanimidade na 48ª Reunião da AMUNPAR — Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 126/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores do SERPRO —, com sede na 9ª Unidade Regional de Operação do Serviço Federal de Processamento de Dados, nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores do SERPRO, fundada em 11 de março de 1971, com sede nesta cidade de Curitiba, tem por finalidade desenvolver o espírito de solidariedade entre seus associados, funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO — 9ª URO, visando o desenvolvimento social, cultural e desportivo.

Não visa a Associação qualquer lucro ou vantagens pecuniárias decorrentes de suas atividades; não distribui lucros ou dividendos e seus Diretores não são remunerados.

Preenche, assim, a Associação os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública previstos na Legislação Federal (Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961) e Estadual (Lei nº 4.399, de 17 de agosto de 1961) que dispõe sobre a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 127/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a CRECHE MENINO JESUS, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, dedica-se à tarefa de cuidar de crianças, cujas mães precisam trabalhar fora do lar durante o dia, como também presta assistência médica e social aos que estão sob seus cuidados. Além disso, procura difundir entre as crianças e familiares, educação moral, cívica e religiosa. A sua diretoria não recebe nenhuma remuneração e estão satisfeitos todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria. Por estes motivos, espera-se aprovação para este plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

A diretiz Empreendimentos S.A., empresa oficializada pelo Ministério da Indústria e do Comércio para realizar feiras e exposições comerciais, e que há vários anos vem se dedicando a essa atividade no Paraná, acaba de promover a II FEIRA NACIONAL DO MOBILIÁRIO — MOVEX-75, evento que serviu para incrementar a indústria moveleira do país e promover comercialmente a economia paranaense. Durante a mostra, visitaram empresário e compradores de móveis de todos os Estados brasileiros e até de alguns países estrangeiros, o que bem atesta a importância da promoção. Graças à MOVEX, nosso parque industrial moveleiro vem se tornando cada vez mais conhecido e abrindo novos e promissores mercados, inclusive no setor de exportações. A MOVEX é patrocinada pelo Sindicato da Indústria de Marcenaria do Paraná e contou este ano com apoio da Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná.

A Diretriz Empreendimentos vem dando efetiva contribuição à economia paranaense através de suas promoções, que são as seguintes: FENAM — Feira Nacional da Madeira; FECIP — Feira da Indústria e Comércio do Paraná; MOVEX — Feira do Mobiliário; MECA — Feira da Mecanização Agrícola. Este ano vai realizar também o SALÃO DE NATAL, promoção dedicada exclusivamente ao comércio da Capital e Região Metropolitana de Curitiba.

Para comportar a expansão do mercado no setor do mercado de Feiras e Promoções Comerciais, no Paraná e no Brasil, também para atender ao seu próprio crescimento, a Diretriz

Empreendimentos está construindo Centro de Exposições no Parque do Barigui, em área cedida pela URBS através de concorrência pública. Serão, no total, 20 mil metros de área construída, além de área externa e pátio de estacionamento para 900 veículos. O Empreendimento está sendo financiado pelo BRDE. Nesse local, já a partir de março vindouro, a realização da EXPOINPAR — I Feira da Indústria Paranaense. O calendário de promoções para 1976, já registrado no MIC, constará de seis feiras comerciais, uma de âmbito internacional; três nacionais e duas regionais”.

Era só, Sr. Presidente, Srs Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi, hoje, o expediente AR-5245, de um dos distritos do meu município, e que diz o seguinte:

(Lendo): “Aso vinte dias do mês de agosto próximo passado, na Igreja local, teve uma reunião convocada pelo Senhor Diretor do Colégio Estadual “Rio Branco”, de Santo Antonio da Platina.

Expôs o Sr. Diretor, que se não fossem tomadas providências urgentes, para o ano letivo de 1976, não seria possível matricular alunos na 5ª série, pois o prédio local, só conta com 4 (quatro) salas. Funcionam atualmente 5 (cinco) turmas, visto que a 4ª série ginásial, (8ª série), que conta com vinte alunos e está instalada em uma sala pequena, que se destina ao uso de professores. Direção e Secretaria, Isto, não poderá ocorrer em 1976, pois teremos uma oitava série com mais de trinta alunos. As turmas da 5ª à 9ª séries funcionam no período noturno, no Grupo Escolar de Monte Real.

Outrossim, já se fizeram pedidos de toda série aos órgãos competentes, e até agora, nenhuma providência foi tomada. Disse ainda, o Sr. Diretor, se formos esperar a construção das salas pelo Estado ou Município, não conseguiremos em tempo, pois o Estado costuma fazer convênios com a Prefeitura, e o Sr. Prefeito municipal já nos adiantou que no momento não tem condições financeiras para tal empreendimento.

Pedi então que os presentes se manifestassem dando sugestões de medidas que evitem a interrupção do estudo dos filhos dos lavradores da região.

Foi proposta a fundação de uma sociedade, que se incumbisse de construir as salas, e que por meio de festas, listas, teatros, apelos aos políticos, conseguisse meios para isso. Tal idéia foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se, então, a eleição da diretoria dessa sociedade que tomou o nome de ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MONTE REAL, da qual fui eleito Presidente.

Assumi o compromisso de trabalhar, porém nada posso fazer sozinho, e como tal, na 1ª reunião da Diretoria foi decidido que fosse enviado uma lista aos Deputados Federais e Estaduais, mais votados nesta localidade, em ambas as bancadas, para que os mesmos procedessem uma coleta em benefício de nossa obra junto a seus colegas de legenda.

Foi então decidido que fossem enviados pedidos aos Deputados Federais: AGOSTINHO RODRIGUES e FERNANDO GAMA; Deputados Estaduais GABRIEL MACHADO E BENEDITO LÚCIO MACHADO, para solicitarem recursos de âmbito federal e estadual. O nome dos doadores deverão ser legíveis para que seja registrada em ata nesta Associação.

Nobre Deputado, aqui estou, na qualidade de Presidente, transmitindo o apelo do povo de Monte Realense e anexando uma lista para que V. Exa nos dê sua ajuda neste empreendimento, para que nossos filhos não sejam privados da maior herança que um pai pode legar: EDUCAÇÃO.

Pelo esforço que V. Exa. dispender, antecipamos os nossos sinceros agradecimentos.

Cordiais saudações.

a) EUGÊNIO MIGUEL FEDOROWICZ"

Sr. Presidente, acima de tudo é vergonhoso o que se faz com a educação neste Estado. Um ginásio, de responsabilidade do Estado, tem necessidade de, pelo menos, duas salas de aula ou está sujeito a encerrar suas atividades. Um ginásio que tem 150 alunos, filhos de trabalhadores, porque nenhuma providência foi tomada pelo Governo do Estado, necessita que a própria Diretoria do Ginásio reúna os pais e a população de Monte Real para formar uma sociedade, para fazer listas, leilões, para construir uma escola no Estado do Paraná.

Isso, acima de tudo, é vergonhoso. Entrarei, muito breve, com uma sugestão ao Sr. Governador do Estado para que alargue suas vistas para acontecimentos dessa natureza. Aí está nascendo uma CPI para resolver o ensino no Paraná e vai encontrar coisas nesses 4 cantos do Estado, em que cada dia que passa, a população se sente mais abandonada, principalmente no setor de cultura e educação.

Está aí a carta de uma pessoa que sente a dor e o esquecimento por parte do seu Governador. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna hoje, para fugindo um pouco a nossa característica, fazer uma grave denúncia com referência a atuação do Delegado titular da 9ª Sub-Divisão Policial de Maringá.

(Lendo): "Das mais infelizes está sendo a passagem do Delegado Renato Souza Lobo pela 9ª Sub-Divisão Policial de Maringá. Missão difícil, nós o sabemos, de conduzir os destinos de uma Divisão Policial, Alguns são felizes. Outros, porém, ao se verem frustrados no cumprimento de sua missão, perdem completamente o equilíbrio e com isso permitem que os agentes sob seu comando cometam várias barbaridades espancando, ameaçando a população, ao invés de zelar pela sua segurança.

É o que ocorre em Maringá, como se pode observar pelas notícias de jornais das cidades da região. "Drama dos pais de um menor de iniciais E.R. de 15 anos de idade, preso por rádio-patrolha, permanecendo por mais de 21 dias na Delegacia sem poder ao menos falar com os pais, tendo estes a notícia de que o mesmo está sendo seviciado".

Outra notícia: "Doente mental, menor, a nova vítima do carcereiro torturador de Maringá" — "Folha de Londrina", também, da mesma data.

"Vereador denuncia violência policial e acusa Delegado". "Lenhador foi espancado por policial de Maringá". Estas notícias constam do "Diário do Norte do Paraná". Além destas muitas outras notícias estão dando manchetes na imprensa local.

O Vereador Arenista Dr. Antonio de Sá Ravagnani, em data de 15 de maio, propôs à Câmara de Maringá, depois de vários considerandos, destacamos os seguintes:

"Considerando que ex-detentos da 9ª S.D.P. afirmam e demonstram de terem sido surrados e espancados por vulgares "Pés de Chumbo" ou "Coices de Mula" da atual gestão, e sempre na calada da noite, apesar de ainda não serem alimentados durante vários dias;

Considerando que tal espancamento é praticado em menores e em anciões apesar de detidos apenas por suspeitos;

Considerando que a integridade física de qualquer cidadão deve ser preservada;"

O Vereador Antonio de Sá Ravagnani que este subscreve, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, a fim de formar ou indicar uma comissão de sindicância para apurar as responsabilidades junto à 9ª Subdivisão Policial de Maringá, para que a população maringense volte a botar fé naqueles que

zelam pela sua segurança.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) ANTONIO DE SÁ RAVAGNANI — Vereador".

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha, porém concedo mais um minuto para terminar a sua oração.

O SR. ANTONIO FACCI — Obrigado. (Continua Lendo):

"Porém, as irregularidades continuam praticadas, sendo que a que ganhou manchetes mais destacada foi a acusação urdida contra o Vereador Eli Pereira Diniz, ilustre Professor e Advogado maringense, um dos primeiros a denunciar, na Câmara Municipal daquela cidade, verdadeiros atos de vandalismo ocorridos naquela vindita. Sendo que a acusação foi feita por um detento sob tortura física conforme pode ser constatado pelas declarações feitas pela Justiça, cuja fotocópia anexamos.

Não vamos entrar em detalhes de cada caso, porém, conforme temos conhecimento, a população maringense, está desajustada de que providências imediatas sejam tomadas pela Secretaria de Segurança Pública para que, por uma atuação desastrosa de alguns de seus membros, não perca essa população a confiança em toda uma legião de homens que estão voltados para a grande causa de dar segurança e garantia a essa mesma população".

Por isto, Sr. Presidente, encaminho o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando urgentes providências no sentido de constituição de uma comissão de sindicância para apurar responsabilidades junto à 9ª Sub-Divisão Policial de Maringá, que, conforme constantes denúncias na imprensa e documentações anexas, está, seus responsáveis, a praticar verdadeiros atos de selvageria naquela cidade.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nesta primeira vez que ocupo a tribuna após a minha desvinculação da Presidência do Movimento Democrático Brasileiro, com o encerramento de nosso mandato e a eleição de novo Diretório, dois registros de natureza político-partidária devem ser feitos. E proponho-me a fazê-los.

Em primeiro lugar, conforme fizemos constar do nosso relatório geral que tornaremos público, a Assembléia Legislativa Estadual ocupou um lugar de relevo na concretização dos objetivos partidários emedebistas, ao ser concedido ao MDB estabelecer-se provisoriamente na sede do Poder Legislativo.

Tendo em vista que, no âmbito federal, os Partidos Políticos têm sua sede na Câmara dos Deputados, onde contam, inclusive, com veículos oficiais, a Comissão Executiva Regional do MDB eleita em 1972, solicitou permissão de instalar-se provisoriamente neste Palácio, e contou, para isto, com o consentimento da Casa.

No decurso dos últimos três anos, o Partido aqui viveu episódios os mais importantes, não só para a sua própria trajetória, como, também, para a vida política do Paraná.

Aqui instalou-se o MDB, como o era sua bancada anterior, quase inexpressivo, porém fortemente alicerçado pela antiga Diretoria presidida pelo eminente Deputado Alencar Furtado, na luta pelos princípios democráticos e pelos injustiçados, numa prática calcada unicamente na realidade e nos inequívocos princípios da oposição construtiva.

Nunca entendemos, e nem poderemos aceitar que alguém o entenda, que a oposição foi feita para destruir.

A crítica fundada na realidade, acompanhada das pretendidas soluções, sejam as mais ou as menos exatas, constrói.

A crítica ditada pela paixão, pelo ódio, pela revolta, pela ausência de análise, pela vantagem pessoal que sempre é imediatista, só pode obstruir sem qualquer validade, porque mesmo a obstrução em si, em excepcionais oportunidades e notadamente ante as imposições de interesses contrários à vontade do povo, é plenamente justificável.

Embora muito mais fácil seja destruir do que construir, entendemos que não se pode confundir o difícil com o impossível, evitando-se o caminho da acomodação, do desemprego, e da imaturidade.

Ensina-nos a escola de Aristóteles e do Santo Tomaz, que a verdade não é impossível nem fácil, mas difícil de ser atingida pelo homem.

Por isso, embora nos pareça esse o caminho mais longe, em busca da democracia, não pretendemos dele nos afastar enquanto nos couber lutar, em nome do povo, pela verdade política.

O registro vale para ressaltar o elevado espírito público da Presidência e da 1ª Secretaria desta Casa, a contar das gestões dos Deputados Wilson Fortes e Ivo Thomazoni, João Mansur e Jorge Sato, até Paulo Camargo e Aguinaldo Pereira Lima; dos funcionários deste Poder que, desprezivelmente, sempre tornaram possível a efetivação de reuniões e convenções partidárias, contribuindo com sua prestimosa assistência; da imprensa, do rádio e das emissoras de televisão que aqui trabalham, que deram vida e colorido aos fatos e atos políticos partidários aqui vividos pelo MDB; da Polícia Militar do Estado, pela sua efetiva cooperação sempre que solicitada, pela Direção Partidária, sua presença no recinto deste Palácio; de todos enfim que, sem olhar outro objetivo que não fosse o elevado e fervoroso desejo de evolução política do Paraná, contribuíram para que o MDB vivesse e crescesse como organização partidária, o penhor do nosso reconhecimento, que faço em nome do ex-1º Vice-Presidente, Deputado Hélio Manfrinato, do ex-Secretário e ex-Tesoureiro, Deputado Domício Scaramela e em meu próprio, como Líder e ex-Presidente.

Um dia, talvez, esse registro revele que a compreensão, o respeito e a solidariedade mútua entre dirigentes de partidos opostos, com absoluta independência e lisura de procedimento aqui reinaram pelo tempo e pela forma em que foram narrados, em planos dificilmente alcançados na própria vida intrapartidária.

O segundo motivo é de ordem partidária, que nos cabe atender, não só em razão do exercício da liderança, mas também, do próprio cargo de deputado estadual. Os membros deste Poder são os representantes de seus Partidos, nos quais cabe traçar a linha política de atuação daqueles.

Como bem esclarece JOÃO DE OLIVEIRA FILHO, em sua obra "Legislativo — Poder Autêntico", há dois pontos muito importantes a serem observados:

"1 — Cada partido tem um programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, como dispõe o art. 152, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, Emenda nº 1, de 1969.

A atuação de cada membro do partido tem que ser permanente dentro desse programa. Cabe à Diretoria de cada Partido valor pela atuação permanente dos seus membros. A Direção do partido de estabelecer quais as questões que estão fora do progresso. Se os membros de partido atual de forma diferente, há infidelidade partidária. Se a Direção do partido não estabelece que questão a ser discutida e votada seja contrária a seu programa, o membro do partido tem o direito de escolher a forma pela qual se deva manifestar. Torna-se questão aberta.

2 — Os partidos políticos não são por natureza, oposicionistas uns em relação aos outros, apesar de, atualmente só existirem dois partidos. Não há o partido do governo e o partido

da oposição ao governo. No Brasil os partidos se distinguem pelo programa que tem de realizar. Se, em certos pontos, os programas coincidem e as medidas a serem votadas não contrariam os respectivos programas, os membros de cada partido podem votar no mesmo sentido, ou em sentido diferente, sem haver haver infidelidade partidária. Em toda questão a ser discutida e votada, a direção do partido tem que dar a orientação a seguir pelos seus partidários, sob pena de ficar aberta a questão".

Nada se pretende além de ficar claramente a nova posição da Bancada do MDB nesta Casa, em observância aos dispositivos legais e estatutários vigentes, uma vez que após a convenção de 24 de agosto último, renovou-se o Diretório Regional. Por conseguinte, o "modus vivendi" anteriormente estabelecido entre a Bancada e o órgão Diretivo, sucumbiu, havendo a acentuar que existia uma especialíssima situação em que quase todos os integrantes da antiga Comissão Executiva eram integrantes da Bancada.

Sem pretender inovar e sem prejuízo da unicidade da Bancada, portanto, as questões fechadas serão aquelas que o forem por determinação do Diretório Regional ou que, sem embargo às atribuições diretoras, aquelas em que assim decidir a maioria, ressalvado sempre e em qualquer dos casos o direito que cada um dos Senhores Deputados sabe lhe pertencer.

Neste ponto, cumpre destacar que o ilustre Presidente da Executiva Regional do MDB, Dr. Euclides Escalco, em recente reunião da Bancada, corroborou esses entendimentos.

Ao prestar-lhe nossa homenagem, augurando-lhe em nome dos representantes do MDB que integram nossa Bancada nesta Casa, uma administração partidária brilhante e profícua, o fazemos com o registro de suas próprias palavras, as quais sintetizam os rumos em que pretende dirigir nosso Partido.

"O MDB é parte interessante no desenvolvimento do Paraná, e por isso a oposição que nosso partido faz e continuará fazendo ao Governo do Estado, em nenhum momento será oposição sistemática, radical, mas sim, consciente e fiscalizadora".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito dos últimos acontecimentos registrados em nosso Estado em outros pontos do País no tocante às prisões efetuadas para averiguação de infrações à Lei de Segurança Nacional, cabe-me, agora, ler o documento em que o MDB do Paraná define a sua posição, baseado nos termos seguintes: (lê):

"MDB DO PARANÁ — NOTA OFICIAL

O MDB do Paraná pela sua Comissão Executiva e sua Bancada na Assembléia Legislativa Estadual, a propósito de prisões efetuadas em nosso Estado, e a fim de contribuir também, para o esclarecimento da opinião pública e evitar que se avolume a onda de temores que possa resultar de tais notícias, entende oportuno dizer ao povo paranaense o que se segue:

1 — O Movimento Democrático Brasileiro, segundo dados oficiais, conta perto de 1.000.000 filiados no Estado do Paraná, sendo livre o ingresso de todas as pessoas detentoras de seus direitos políticos e que, obviamente, aceitem o programa partidário que se acha arquivado junto ao Superior Tribunal Eleitoral.

Preliminarmente, deve, logo, ficar afastada a hipótese de qualquer outro vínculo do Partido a não ser com sua própria filosofia, quando algumas pessoas, e entre elas filiados seus, são detidas para averiguação de ORDEM IDEOLÓGICA pelos órgãos de segurança do País.

2 — A Presidência e a liderança do partido em nosso Estado moveram-se em busca de esclarecimentos em torno da prisão do Advogado Luiz Gonzaga Ferreira, que é, também, Presidente do Diretório Municipal do MDB de Londrina, bem assim das demais pessoas igualmente detidas.

Constatou-se que nenhuma ação realmente existe que não seja de ordem geral, conforme tornou público o Digníssimo Comandante da 5ª Região Militar.

Nos esclarecimentos que se procurou fazer sobre a prisão do Advogado Luiz Gonzaga Ferreira, cabe-nos acentuar que, embora o mesmo seja Presidente do Diretório de Londrina, teve designação de defensor, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção do Paraná, sem qualquer interferência ou pedido político.

Com relação aos filiados detidos, o MDB se volta para as suas famílias, assistindo-as moralmente e naquilo que lhe compete, entendendo que seria insânia pedir-se primeiro as conclusões antes do processamento das responsabilidades e, até que estas sejam declaradas o direito partidário permanece incólume.

3 — Cabe-nos prevenir, portanto e desde logo, qualquer tipo de exploração visando desmoralizar determinado partido político, baseado na desgraça que se abateu sobre as famílias das pessoas conduzidas à prisão, visto que tais fatos e atos devam ser analisados ante a ordem jurídica dominante no País, e embora contrarie os preceitos universais de direito, aí está imposta.

Deve pois, ficar esclarecido que, entre as leis de exceção vigentes no Brasil, impera o Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, incluindo a pena de morte e a de prisão perpétua, e que pode ser considerada como a mais vigorosa de todas as nossas leis, cuja vigência não foi submetida ao referendo do povo ou de seus representantes.

Subjugadas aos efeitos de tais dispositivos, as pessoas ali incursas se viram isoladas pela incomunicabilidade, que pode, segundo o mencionado Decreto-lei, se estender por dez dias.

Cumpra acentuar, não obstante, que no episódio em curso, obteve-se junto ao ilustre General-Comandante Samuel Augusto Alves Correa, as informações desejadas e a sua espontânea manifestação de que os indiciados se encontram cercados de plena garantia à sua integridade física.

4. Entende-se, também e facilmente, que os direitos humanos pelos quais luta o MDB, consagrados em todos os países e povos livres, incluem a preservação das liberdades individuais, de modo a que não possa alguém ser privado de seu direito sem ordem escrita, ou auto de flagrante, emanados da autoridade competente.

Dá a nossa solidariedade plena às famílias atingidas pelo rigor desses preceitos legais, que se vêem privados da presença dos indiciados, razões pelas quais, levamo-lhes a prova de nosso conforto moral e o amparo de que necessitam para se manterem integrados em nosso convívio.

5. O MDB não se sente, de modo algum, envolvido pelas prisões verificadas, eis que a sua ideologia é de combate a qualquer outra de natureza extremista, seja de esquerda ou de direita assentando fundamentalmente no seu programa o restabelecimento do Estado de Direito.

A ofensa que nos parece existir, isso sim, é aos princípios universais do Direito, que não podem ser derogados pelas leis de exceção. E estas, enquanto vigorarem, significarão a ausência de regime verdadeiramente democrático em nosso País.

Este o longo e árduo caminho a ser percorrido pelos cidadãos brasileiros para emergirem da fase de castração de poder em que se encontram, a ponto de serem julgados pela Justiça Militar em tais crimes, e recuperarem para si a confiança da Pátria de que lhes cabe manter incólumes os princípios democráticos e são capazes de todo o rigor da Lei aos que atentarem contra os interesses da sociedade ou do Estado, fundados em leis que realmente tornem expressa a vontade do Povo.

Curitiba, 19 de setembro de 1975.

Euclides Scalco — Presidente do MDB.

J. Muggiati Filho — Líder da Bancada Estadual"

Era o que cabia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Luiz Carlos Zuk. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Carvalho. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. (Ausente.)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoioamento.—Apoiado.—Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.44/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.31/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, com o Instituto do Câncer da cidade de Londrina, visando implantação de programa de Combate ao Câncer, conforme específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.04/75, de autoria do Deputado Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C.—Rejeitado.

O SR. BENEDITO LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, o projeto que V. Exa. acaba de colocar em discussão e votação, está praticamente aprovado. Porque, nas duas primeiras discussões foi aprovado por unanimidade.

E como autor do projeto, devo dizer que o mesmo só teve um parecer contrário, dois favoráveis. E agora foi rejeitado talvez pela maneira inversa com que V. Exa. procedeu a votação.

O SR. PRESIDENTE — Esclareço a V. Exa. que quase aprovado, o projeto apenas foi aprovado em 1ª e 2ª discussões.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, ocorre o seguinte: em 1ª e 2ª discussões, o projeto que acaba de ser votado, o foi pela forma costumeira. Não aplicou a Presidência a inversão, como o fez agora, e todos devem estar lembrados disso.

Portanto, o plenário foi escolhido praticamente de surpresa quando V. Exa., Sr. Presidente, procedeu a votação de maneira inversa.

Peço a V. Exa., com a devida vênia, que se não for considerada a votação, que se proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Nós, quando na Presidência, temos todo o cuidado de que, sempre que um projeto de lei tem parecer contrário da C.C.J., colocamos em votação o parecer.

Mas, atendendo o pedido do Deputado Lúcio Machado e de V. Exa., colocaremos o projeto novamente em votação. E desta feita, da maneira normal.

O SR. ACCIOLY FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, esse projeto mereceu parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça e foi objeto de cogitações no plenário, quando o projeto figurou em 1ª discussão. Se prosseguiu e na discussão seguinte foi aprovado, obviamente, o parecer foi derrubado pelo plenário. Não existe mais parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Data vênica da opinião do nobre Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer permanece o projeto é que veio a ser aprovado em 1ª e 2ª discussão.

Mas, colocaremos em votação novamente o projeto em 3ª discussão.

3ª discussão do Projeto de Lei nº 4/75. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.98/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Farid Surugi, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.104/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Cesar Perineta, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.135/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Educacional Paranaense Catequista de Queluz e o Colégio Catequista de Queluz, com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.37/75, de autoria dos Deputados Domingos Scarpelini e Jayme Carvalho, que acresce parágrafo único que especifica, ao Artigo 94 da Lei Complementar n.2 (dois) Lei Orgânica dos municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.78/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Paulo VI, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.86/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Defesa e Educação Ambiental, de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.190/74, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que denomina Grupo Escolar Otalipio Pereira de Andrade, o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 190/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado Grupo Escolar OTALIPIO PEREIRA DE ANDRADE o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1974.

a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICACÃO.

O presente projeto de lei visa homenagear um campolarguense ilustre e pioneiro, cuja vida foi um exemplo de trabalho, honestidade e dedicação.

Através deste plano de lei, não estará apenas homenageando Otalipio Pereira de Andrade, mas toda a laboriosa comunidade de Bateias, a qual está intimamente ligada à vida e obra desse grande cidadão, ex-Vereador do extinto PSD, que ocupou assento à Câmara Municipal de Campo Largo.

Solicitamos, pois, que tal projeto acolhido e aprovado por

esta Casa, para se fazer justiça ao trabalho realizado por Otalipio Pereira de Andrade em prol do município de Campo Largo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/74

Com o presente Projeto de Lei, o Deputado Nelson Buffara pretende denominar de Grupo Escolar Otalipio Pereira de Andrade o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo.

A matéria está constitucionalmente e regimentalmente adequada.

Pela aprovação

É o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/74

Tem por objetivo o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, denominar de Grupo Escolar Otalipio Pereira de Andrade o atual Grupo Escolar de Bateias, no Município de Campo Largo.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já opinou favoravelmente à sua aprovação.

Realmente, trata-se de justa homenagem a quem tanto deu de si, em dedicação e trabalho, em favor da comunidade de Campo Largo e, no âmbito desta Comissão de Instrução Pública, nada há que possa obstar a sua aprovação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, pela aprovação do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) EDILSON ALENCAR — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.21/75, de autoria do Deputado Otássio Pereira, que autoriza o Poder Executivo criar no município de Faxinal, um curso de 2º grau, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Faxinal, um curso de 2º grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA.

No município de Faxinal existe uma população de jovens em condições de fazer o Curso Científico, e a falta deste está causando grandes prejuízos aqueles jovens desejosos de estudar.

Eis a razão porque se justifica a criação deste curso.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 21/75

O Deputado Otássio Pereira assina o presente Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Faxinal, um curso de 2º grau.

A matéria é inconstitucional, por isso o parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 21/75

De autoria do nobre Deputado Otássio Pereira, o Projeto de Lei em tela objetiva autorizar o Chefe do Poder Executivo a criar, no Município de Faxinal, em curso de 2º grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

A matéria fere a Constituição Estadual, por isso recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, em que pesa a louvável iniciativa do seu ilustre autor, achamos que não pode este plano de lei receber aprovação da Casa.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, pela rejeição.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) WERNER WANDERER — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente solicitando voto de regozijo pela realização, nesta Capital, do IV Encontro dos Tribunais de Alçada do Brasil. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, transmitindo o protesto veemente do Lions Club de Maringá, contra a Cobrança aos usuários de Maringá, por parte da TELEPAR, da taxa de melhoria dos serviços telefônicos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sua intervenção junto ao Projeto Noroeste a fim de que este, acelere seu mecanismo para atender de maneira rápida, os pequenos municípios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que determine o envio de expediente a todos os postos de Saúde do Interior, para que os doentes que vêm a Curitiba à procura de internamento e medicamento, venham com a triagem do Posto de Saúde de sua localidade. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja constituída uma Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades junto a 9ª Sub Divisão de Maringá, que, conforme denúncias na imprensa e documentações anexas, está, seus responsáveis a praticar verdadeiros atos de selvageria naquela cidade. APROVADO.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, encaminhei um requerimento à Mesa e o mesmo não foi votado.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento de autoria de V. Exa., entregue à 1ª Secretaria não foi lido na hora do Expediente e no Grande Expediente não foi apresentado. Será colocado em consideração na sessão de amanhã, ocasião em que deverá ser lido.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel para fazer explicação pessoal.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedimos a palavra em explicação pessoal para dissipar uma

dúvida com respeito à palavra do ilustre representante de Sto. Antonio da Platina, que ocupou esta tribuna no Pequeno Expediente.

Como dizia o nosso ilustrado Deputado, companheiro de tantas jornadas e lutas, Muggiati Filho, destruir é fácil, mas construir é difícil.

E! isto que queremos dizer aqueles que só sabem acusar, quando aqui vêm, o Governo do Estado que está embuido da melhor vontade de trabalhar pelo Paraná e pela sua gente.

Dizia o representante de Sto. Antonio da Platina que o Governo nada faz, que o Governo do nosso Estado não está olhando o ensino do Paraná. Quero, neste instante, discordar desse brilhante Deputado que nos antecedeu nesta tribuna, e dizer que transmita àquela pleidade de homens daquele Distrito que pleiteiam as salas de aula para a cidade de Sto. Antonio da Platina, consequentemente para o distrito de Monte Real, que, os canais competentes da Secretaria da Educação e da FUNDEPAR, deverão ser procurados ou então deverão ser, pelo menos, solicitados, para que se saiba, para que se julgue se o Paraná está ou não está trabalhando. Não podemos é fazer milagres, precisamos, é irmanados e num só pensamento construir o Paraná, na sua trilha e na sua senda de progresso. Para isto, nós confiamos em Jayme Canet, confiamos em S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e confiamos em S. Exa. o Sr. Superintendente da FUNDEPAR, Dr. Guilherme Braga.

Fomos colhidos de surpresa e o representante de Sto. Antonio da Platina bem o fez, reivindicando um direito, um direito daquele povo que necessita, como necessita o resto do interland paranaense, de salas de aula. Mas, que esta reivindicação seja dirigida aos canais competentes.

É por este motivo que, em Explicações Pessoais aqui nos manifestamos, para levar a queixa, para levar ao conhecimento de S. Exa., o Sr. Secretário da Educação, responsável pela construção de 2, de 3, de 4 de 5 ou de 1000 salas de aula que o Paraná necessita. Porisso que nós não podemos calar, não podemos vir aqui assistir que S. Exa., o Sr. Governador seja atingido como um Governador que não quer governar, que não quer empregar dinheiro do povo, em benefício do próprio povo.

Porisso, queremos convidar S. Exa. o representante de Sto. Antonio da Platina que, junto conosco e junto com os responsáveis, Deputados estaduais e federais daquela região, para irmos até os órgãos competentes e lá reivindicarmos as salas de aula. O Paraná todo está assistindo que o Governador está inaugurando salas de aula, Jayme Canet, por intermédio da Secretaria da Educação, está reformando os prédios do Estado.

Por isto, mais uma vez é que venho a esta tribuna, para dizer que não admitimos que pedras desta natureza e deste quilate sejam atiradas ao Governador do Estado, porque S. Exa. esta com a maior boa vontade de dotar o Paraná, tanto de estradas quanto de escolas, de assistência social e saúde, para o nosso Estado.

Quero pedir vênias para o que dizemos desta tribuna, levando ao conhecimento desta Casa e do Paraná. São escolas que estão sendo construídas, em convênio com a União e com os municípios de todo este Paraná grandioso, apesar de alguns que querem empurrá-lo para trás e tolher a trajetória brilhante deste Estado. Haveremos de ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, quando entregue ao sucessor de Jayme Canet, contar com sala de aula inauguradas por este Governo que, não quer outra coisa senão o bem estar do Paraná e da sua gente.

Solicitando vênias ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, diríamos que, quando pleitearem algo, façam o seu pedido justo sem atacar o Governo, sem atacar S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e S. Exa. o Sr. Presidente da FUNDEPAR, porque o governo arenista, desde quando teve à frente da Secretaria da Educação um homem como Gabriel Sampaio, um homem do gabarito de Cândido Martins de Oliveira, que não fizeram outra coisa a não ser trabalhar pelo Paraná e sua gente, por estas razões

não podemos admitir que, com demagogia a tripudiem sobre o Governo, que não quer outra coisa a não ser o bem estar do seu Estado e dos seus coestaduanos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO.—

dos Projetos de Lei 104/74, 135/74, 37/75, 78/75 e 86/75.

2ª DISCUSSÃO.—

do Projeto de Lei nº 190/74.

1ª DISCUSSÃO.—

dos Projetos de Resolução 55/75 e de Lei 257/71.

marcando outra ainda, para amanhã, extraordinária, dia 23, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA.— da Proposição nº 151/75.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA Nº 506/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.7819, de 7 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 389/75, de 22 de junho de 1975, a ALMIR DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, nível PL 16, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 507/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.9182 de 15 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários NEY RODRIGUES Secretário de Comissão, I HOR BARANHUK Oficial Legislativo nível PL 23, IVO GUSSO Secretário de Comissão, JOSIAS MARQUESI Secretário de Comissão, TEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES Auxiliar Técnico nível PL 28, e pela Portaria 233/75, MADALENA MARIA DE LIMA Oficial Legislativo nível PL 23, e MÁRIO AUGUSTO GUERRA Oficial de Serviços Gerais nível PL 19, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975,

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 510/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.9316 de 16 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ODETE MATTAR BERNADELLI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Fortes, a partir de 18 de agosto de 1975, até 31 de dezembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 511/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.9335 de 16 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL 17, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 512/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.9200 de 15 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LAURO ALCÂNTARA MARTINS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 15 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 513/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.8962 de 10 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MARIA ALICE WOLFF PAULUK, ora à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços junto ao Gabinete do Deputado LINEU TURRA, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a 50 por cento de seus vencimentos, a partir de 18 de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 514/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.º 9083, de 12 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, DILMA APARECIDA LUDGERO DA SILVA, ora à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços junto ao Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a 50 por cento de seus vencimentos, a partir de 15 de agosto de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1975.—

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 515/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.º 8425, de 26 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços de Motorista, no Gabinete da 2ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 527/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob o n.º 5578, de 9 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ANTONIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Adjunta.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 639/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8338/75, de 21 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CARMEM APARECIDA FREGONESE, ocupante do cargo de Secretária de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 06 de outubro de 1964 e 06 de fevereiro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias refe-

rentes aos anos de 1965, 67, 68 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 640/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8258/75, de 20 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, ocupante do cargo de nível PL 27, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 13 de maio de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 641/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6558/75, de 27 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 15 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ DE ARIMATHEIA CLETO, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de janeiro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1966, 1967 e 1968, contadas em dobro; e,
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 27 de abril de 1973, data em que, em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 642/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8425/75, de 26 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

I — dispensar, ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO, ora à disposição deste Poder Legislativo, das funções de Motorista da Liderança do MDB.

II — designar, o funcionário acima citado, para exercer as funções de Motorista, no Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 643/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8295/75, de 21 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 459/75, de 24 de junho de 1975, que conta para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, em favor da funcionária MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, ocupante do cargo de nível PL 26, de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude da referida contagem já ter sido feita através do Decreto Legislativo nº 298/75, de 14 de maio de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 644/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7.745/75, de 6 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de OSVALDO MARQUES, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 645/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8047/75, de 13 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CECÍLIA KURECKI STUART, ocupante do cargo de nível PL 21, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais,

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 03 de agosto de 1967 e igual data de 1972.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 646/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2577/75, de 26 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos, do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MIGUEL NASSAR NETO, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 08 de janeiro de 1965 e 08 de setembro de 1969 antecipado em razões das férias referentes aos anos de 1967 e 1968, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 08 de janeiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 647/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7.658/75, de 05 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo nº 685/75, de 10 de outubro de 1973, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, de três (03) meses e vinte e três (23) dias, compreendido entre 02 de janeiro de 1962 e 30 de abril do mesmo ano, em favor de ACIR TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 10 de fevereiro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 22 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)